

# política

## Marchezan não descarta concorrer à prefeitura

PSDB do Rio Grande do Sul emitiu nota oficial de apoio à candidatura do ex-prefeito ao Paço Municipal neste ano

/ ELEIÇÕES 2024

Bolívar Cavalari

politica@jornaldocomercio.com.br

O ex-prefeito de Porto Alegre Nelson Marchezan Júnior (PSDB, 2017-2020) não descarta a possibilidade de ser candidato ao Paço Municipal nas eleições de outubro deste ano. Segundo o ex-chefe do Executivo da Capital, não há nada confirmado, mas ele mantém conversas com o governador Eduardo Leite (PSDB) e com a prefeita e presidente estadual do PSDB, Paula Mascarenhas, que defendem a candidatura de Marchezan.

“Quem está mais desenhando (a candidatura à prefeitura de Porto Alegre) é o próprio partido, que é quem está fazendo os movi-



ALEX ROCHA/PMPA/JC

Nelson Marchezan disse que não pensava disputar, mas pode reavaliar

mentos. Nesta questão política eu estava em inércia, estava parado”, afirma o ex-prefeito da Capital. Marchezan disse que não plane-

java concorrer ao Executivo, mas não desconsidera a sua candidatura. “Eu já descartei (a possibilidade de concorrer) outras vezes e acabei

concorrendo, então, não vou mais fazer isso”, explica o tucano.

Na sexta-feira, o PSDB gaúcho emitiu nota reforçando a vontade da sigla de Marchezan ser o candidato do partido ao Paço Municipal. No comunicado, a sigla destaca financiamentos internacionais e a manutenção das finanças da Capital em ordem ao longo da gestão 2017-2020.

O ex-prefeito chegou a concorrer à reeleição em 2020, mas acabou derrotado em primeiro turno na majoritária que consagrou a vitória de Sebastião Melo (MDB) sobre Manuela d’Ávila (PCdoB).

O partido de Marchezan integra, desde 2022, a federação PSDB-Cidadania. Assim, além de sinalização positiva por parte do ex-prefeito para concorrer à prefei-

tura, os tucanos precisam acertar a candidatura junto ao Cidadania, com o qual a sigla é federada.

A federação tem pouco tempo para definir o nome que irá concorrer pela federação ao Executivo de Porto Alegre, tendo em vista que a janela para realização de convenções partidárias - em que as siglas apresentam os candidatos - vai de 20 de julho a 5 de agosto, e o registro das candidaturas tem o prazo de até 15 de agosto.

Além do ex-prefeito Nelson Marchezan, a federação PSDB-Cidadania cogita para a disputa da prefeitura de Porto Alegre os nomes da deputada federal Any Ortiz (Cidadania), do ex-deputado estadual Mano Changes (PSDB) e do deputado estadual Kaká D’Ávila (PSDB).

## Executivo muda normas para redes sociais em período eleitoral

Atendendo às determinações da legislação eleitoral, desde domingo, o portal institucional e os perfis de redes sociais da prefeitura de Porto Alegre cumprem as restrições definidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aos canais institucionais do poder público. Para garantir que as novas normas fossem observadas pela equipe de comunicação do Executivo da Capital, que abrange tanto secretarias quanto demais órgãos municipais, foi elaborado um manual interno de conduta, definindo as vedações, permissões e determinações a serem seguidas.

Com relação às redes sociais, os perfis das secretarias, de autarquias e empresas públicas estarão desativados até o fim do pleito, em 27 de outubro, no caso de segundo turno. As páginas da prefeitura no Facebook, no LinkedIn, no Threads e no TikTok também estarão desligadas até o encerramento da eleição.

Para manter a comunicação

com o cidadão, a prefeitura seguirá divulgando para a população informações referentes a serviços, que serão postadas em dois perfis. O Instagram @prefpoa passa a ser o único perfil oficial da prefeitura nessa rede. O outro canal é o novo perfil @prefpoaservicos, criado no X (antigo Twitter), que reunirá atualizações de serviços de todas as secretarias e órgãos municipais, como Dmae, EPTC e secretarias de Saúde, Educação, Segurança, entre outras. Também permanece ativo o portal [www.prefeitura.poa.br](http://www.prefeitura.poa.br).

O manual e as orientações de comunicação sob a vigência da legislação eleitoral foram apresentados pelo secretário municipal de Comunicação, Luiz Otávio Prates, e pela coordenadora de Jornalismo, Fabiana Kloekner, em visita ao **Jornal do Comércio**, onde foram recebidos pelo diretor-presidente do JC, Giovanni Jarros Tumelero, e pelo editor-chefe Guilherme Kolling.



THAYNÁ WEISSBACH/JC

Secretário de Comunicação, Luiz Otávio Prates apresentou novas diretrizes

## Vereadores rejeitam projeto de preservação de nascentes

/ CLIMA

Ana Carolina Stobbe

ana.stobbe@jcrs.com.br

A Câmara Municipal de Porto Alegre rejeitou ontem um projeto de lei que auxiliava na preservação de nascentes d’água na Capital. De autoria do vereador Jonas Reis (PT), a matéria instituiu uma política municipal de proteção, conservação, recuperação, monitoramento e cadastramento das fontes da cidade. Além disso, promovia a participação da comunidade na recuperação de nascentes em áreas degradadas e na preservação das que se mantêm intactas.

A votação foi acirrada, com 14 votos contrários ao projeto e 13 favoráveis. Além da oposição, formada por PT, PSOL e PCdoB, a matéria foi apoiada pela bancada do PDT e do Solidariedade,

além da vereadora Mari Pimentel (Republicanos).

A iniciativa responsabilizaria a prefeitura por realizar um cadastramento das nascentes de Porto Alegre. Nesse momento, seriam incluídas informações técnicas para o conhecimento da nascente e do seu contexto territorial, visando sua conservação e recuperação. O levantamento incluiria áreas públicas e privadas, mediante comunicação prévia ao proprietário. Além disso, o município precisaria criar um plano de conscientização ambiental.

“Nós vivemos um tempo histórico de dificuldades pesadas quanto a uma crise climática porque não há o debate, não há o cuidado. Nós precisamos superar esse momento e é para isso que esse projeto serve, como um gesto da cidade, da Câmara Municipal de Porto Alegre”, argumentou Reis durante o encaminhamen-

to do projeto. O parlamentar citou, ainda, em defesa da necessidade de aprovação da matéria, a enchente causada pela cheia do Guaíba em Porto Alegre.

O líder da base governista, Idenir Cecchim (MDB), argumentou pela rejeição da proposta. “Temos que defender essas fontes sem dúvida nenhuma, mas já existem leis e já existem iniciativas em Porto Alegre nesse sentido”, defendeu em uma questão de ordem.

“Num momento difícil para a cidade, num momento que a gente precisa ter a proteção do meio ambiente, eles (da base governista) votaram por não proteger as nascentes. Inclusive, fizemos uma conversa com o governo para que eles pudessem ser sensíveis à pauta, mas infelizmente eles não quiseram”, lamentou Reis em suas redes sociais após a rejeição da matéria, que ele considerou “um desrespeito com a cidade”.

## RS abre consulta para PPP de reforma de escolas

/ GOVERNO DO ESTADO

Foi aberta ontem pelo governo do Rio Grande do Sul, uma consulta pública sobre o projeto de parceria público-privada (PPP) para a qualificação de infraestrutura e gestão administrativa de 99 escolas estaduais localizadas em áreas de vulnerabilidade, que correspondem a 4,2% da rede. As contribuições da população podem ser enviadas até 7 de agosto, por meio de preenchi-

mento de um formulário, seguido do encaminhamento para o e-mail [parceriasinfrasoial@serg.rs.gov.br](mailto:parceriasinfrasoial@serg.rs.gov.br). Além dos documentos enviados, audiências públicas serão realizadas em datas e locais a serem confirmados pelas secretarias da Reconstrução Gaúcha e da Educação.

As escolas incluídas no projeto de concessão abrangem 15 municípios gaúchos, impactando cerca de 56 mil alunos da rede estadual. Das 99 do total, 18 terão a estrutu-

ra para se tornar escolas-modelo. A previsão é que o edital da PPP da Educação seja publicado em dezembro deste ano, e que o leilão ocorra em fevereiro de 2025.

O período de concessão será de 25 anos com investimento por parte do parceiro privado de R\$ 1,3 bilhão e reinvestimentos a serem realizados ao longo da vigência da parceria. As obras nas escolas deverão ser concluídas em até 16 meses após a assinatura do contrato.